

Amazônia pandêmica: meio ambiente e Covid-19 na cobertura jornalística da Agência Amazônia Real

Amazonia pandémica: medio ambiente y Covid-19 en la cobertura periodística de la Agencia Amazônia Real

Pandemic Amazon: environment and Covid-19 in the journalistic coverage of the Agency Amazônia Real



Ivania Maria Carneiro Vieira¹

Renata de Lima Sousa²

Resumo: O estudo busca compreender a articulação dos temas meio ambiente e pandemia de Covid-19 na cobertura jornalística da Agência Amazônia Real. O referencial teórico se fundamenta no conceito de complexidade em diálogo com os pressupostos do jornalismo ambiental. A partir da Hermenêutica de Profundidade, apresentamos proposições de sentidos das reportagens. A cobertura ressalta o conflito e as vulnerabilidades das populações amazônicas em narrativas que privilegiam vozes de lideranças indígenas e quilombolas.

Palavras-chave: Meio ambiente. Pandemia Covid-19. Jornalismo. Amazônia Real.

Resumen: La investigación busca comprender la articulación de los temas medio ambiente y pandemia de Covid-19 en la cobertura informativa de la Agencia Amazônia Real. El marco teórico se basa en el concepto de complejidad y periodismo ambiental. Desde la Hermenéutica de Profundidad, presentamos proposiciones de significados de las

¹ Jornalista, articulista, Professora Associada I na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), doutora em Processos Socioculturais na Amazônia.

² Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialização em Assessoria de Comunicação pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

reportajes. La cobertura destaca el conflicto y las vulnerabilidades de las poblaciones amazónicas en narrativas que privilegian las voces de líderes indígenas y *quilombolas*.

Palavras-chaves: Medio ambiente. Pandemia Covid-19. Periodismo. Amazônia Real.

Abstract: The research seeks to understand the articulation of the environmental and Covid-19 pandemic themes in the Amazônia Real Agency's news coverage. The theoretical framework is based on the concept of complexity and environmental journalism. From the Depth Hermeneutics, we present the meaning propositions of the reports. The coverage highlights the conflict and vulnerabilities of Amazonian populations in narratives that privilege the voices of indigenous and *quilombola* leaders.

Key words: Environment. Covid-19 pandemic. Journalism. Amazônia Real.

Introdução

A pandemia de Covid-19 agravou o cenário de preocupação sobre a integridade ambiental e social da Amazônia. O vírus encontrou ambiente favorável para a propagação em um país que não realizou testagem massiva, com uma população resistente a manter os cuidados preventivos e com as posturas negacionistas por parte da autoridade máxima do país e parcela considerável da equipe ministerial. Agrega-se a isso, a conduta cada vez mais clara de desmonte das políticas e órgãos ambientais do Brasil. Em meio a esse contexto, as populações amazônicas tradicionais têm suas vidas e seus territórios ameaçados pela pandemia e pela atuação de agentes ilegais, tais como garimpeiros, grileiros e madeireiros.

Este estudo busca entender como se relacionam os temas meio ambiente e pandemia de Covid-19 na cobertura jornalística da Amazônia Real, agência on-line de jornalismo que tem como foco central pautas da Amazônia. O entrelaçamento saúde e ambiente são centrais para a compreensão do que ocorre na Amazônia durante a pandemia. A intersecção dessas duas áreas não é um fenômeno novo, muito menos oriundo do contexto pandêmico. Saúde e meio ambiente são questões centrais para a compreensão do processo invasor e colonizador das terras brasileiras, que está na base

das vulnerabilidades sociais e ambientais vivenciadas pelos povos indígenas (AURORA; VERRISSIMO; JURUNA; MONTERIO, 2020).

A Hermenêutica de Profundidade (HP) (THOMPSON, 2011) embasa a metodologia deste estudo. A HP é um método que possibilita a análise de formas simbólicas com base na razão argumentativa e dialógica, tendo como objetivo a proposição de sentidos possíveis, não sentidos únicos e fechados. Thompson (2011) propõe o desenvolvimento da HP em três fases: Análise histórica, que apresenta as condições sócio-históricas de produção das formas simbólicas; Análise formal ou discursiva, que estuda as formas simbólicas a partir de sua apresentação em uma estrutura articulada; e Interpretação ou Reinterpretação, que realiza a construção da síntese a partir dos resultados das duas primeiras fases, apontando o que as formas simbólicas representam, sobre o que dizem. Essa última fase é entendida como um processo de reinterpretação, pois ao interpretar as formas simbólicas, estamos “projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico” (THOMPSON, 2011, p. 376). Os três primeiros tópicos do estudo buscam dar conta da primeira fase da HP. Os dois últimos tópicos, das duas últimas fases.

Pandemia ambiental e da saúde na Amazônia Legal

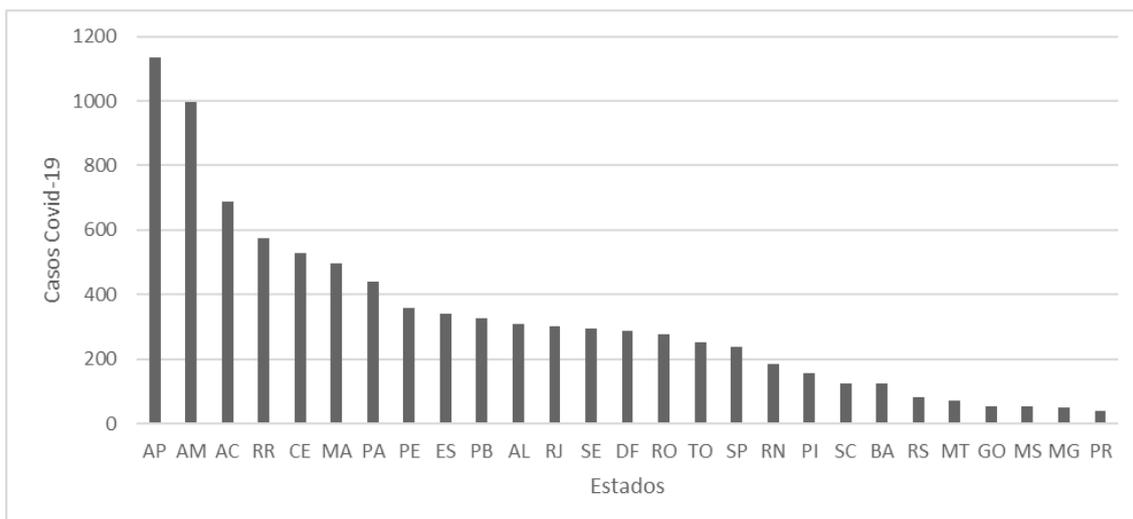
Em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, a Amazônia ganhou evidência sob o viés do crescimento do desmatamento. Dados consolidados do Prodes¹ mostraram um aumento de 34,41% na taxa de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira² em relação a 2018. Esses dados repercutiram, gerando preocupação na imprensa e na comunidade internacional sobre a integridade da floresta amazônica e sobre a atual política ambiental do governo brasileiro. O Relatório Anual de Desmatamento no Brasil (MAPBIOMAS, 2019) aponta que o nível de irregularidade do desmatamento está acima de 99%, sinalizando para atuação de atividades ilegais em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por exemplo.

No ano de 2020, a estimativa do Prodes (INPE, 2020) foi de aumento de 9,5% da taxa de desmatamento em relação ao ano anterior. E o cenário se agravou ainda mais com

a chegada da Covid-19 no Brasil. A Amazônia tornou-se palco de uma grande crise sanitária e de uma das maiores tragédias da área da saúde brasileira. Do primeiro caso identificado no território amazônico, no dia 13 de março no Amazonas, houve um rápido aumento de casos, apresentando a maior taxa de contaminação e óbitos por 100 mil habitantes³ (Gráfico 1). O Amazonas, em especial, viu-se em meio a um cenário de guerra no primeiro pico da doença no Brasil em 2020. Localizado no que se chama “deserto hospitalar” (BERENGUER; MORI, 2020), o maior estado da federação possui leitos de UTI apenas em sua capital, Manaus, assim como outros três estados dos nove que compõem a Amazônia Legal. O sistema de saúde do estado foi o primeiro a entrar em colapso⁴. O resultado da combinação letal de rápida propagação do vírus, insuficiência e precariedade do sistema de saúde foi um número alto de mortes, inclusive de pessoas que faleceram em suas residências, sem nenhum tipo de suporte médico.

O caso específico dos indígenas na pandemia, considerando que a Amazônia abriga o maior número de etnias indígenas, é preocupante. A população indígena encontra-se em maior vulnerabilidade em relação à Covid-19 (OVIEDO; ARAUJO; BATISTA; SANTOS, 2020). O caráter coletivo das dinâmicas sociais e culturais dessas populações é um fator que contribui para a disseminação do vírus, mas o maior risco vem das invasões de terras indígenas, que colocam em risco suas vidas e incrementam as estatísticas de destruição da floresta.

Gráfico 1. Número de casos de Covid-19 por 100 mil habitantes (até 1º de junho de 2020).



Fonte: BERENGUER; MORI, 2020.

Pensar o jornalismo ambiental a partir da complexidade

A noção fragmentadora e desconectada de meio ambiente, presente tanto no senso comum quanto nos próprios processos educativos e informativos, reside no âmago das problemáticas ambientais que vivemos. Mais do que uma crise climática e ambiental, vivemos uma crise paradigmática da concepção ocidental e capitalista sobre a relação humana com a natureza.

O racionalismo fragmentador hierarquiza e separa ser humano da natureza, compreendida como passiva e eterna, à disposição para a exploração e domínio humano. Santos (2020, 2010, 2009), Morin (2010) e Capra (2006) dialogam, a partir de noções diferentes, com as mesmas preocupações. Os três autores veem nessa perspectiva o centro da crise global em que vivemos. O racionalismo fragmentador estabelece uma noção de inferioridade a todas as populações que não correspondem ao ideal ocidental, capitalista e branco (indígenas, quilombolas, latino-americanos, negros etc.).

Por seu papel informativo e educativo, o jornalismo ambiental precisa ser compreendido como agente ativo nesse cenário de crise. A perspectiva complexa do meio ambiente, dos seus ecossistemas e da intrincada relação com o ser humano está no cerne da discrepância entre as noções práticas do jornalismo ambiental e do jornalismo sobre o meio ambiente. Camana (2018, p. 126) critica a abordagem exótica e limitada realizada

pelo jornalismo sobre meio ambiente, que foca nos consensos e cala os conflitos. A abordagem do jornalismo sobre meio ambiente, aponta a autora, apresenta-se extremamente problemática em cenários como os da América Latina e Caribe, onde ocorrem violentos conflitos ambientais e onde diferentes atores sociais disputam versões e narrativas, de acordo com seus interesses, dentro dos espaços jornalísticos. A Amazônia é um dos palcos centrais dessas tensões.

O jornalismo sobre o meio ambiente fundamenta-se em uma noção de ecologia *clean e* homogênea (REIGOTA, 1999), cujas pautas atendem aos interesses dos grupos sociais mais abastados e de empresas preocupadas em construir uma imagem “sustentável” perante seus consumidores.

O jornalismo ambiental exige uma visão complexa e sistêmica do meio ambiente. É necessária uma prática jornalística que busque fazer ligações, encontrar os pontos de contatos e tensões das questões que permeiam o meio ambiente e dialogam com outras esferas da sociedade, ou seja, um jornalismo comprometido com a construção da cidadania ambiental (GIRARDI, SCHWAAB; MASSIERER; LOOSE, 2012). Schwaab (2018) defende o compromisso do jornalismo ambiental com o pensamento socioambiental, que não se pode calar diante de práticas destrutivas dos ecossistemas naturais, que aprofundam as desigualdades sociais e colocam em risco a saúde e a sobrevivência das populações. A reportagem ampliada, segundo o autor, é o gênero de expressão máxima do componente interpretativo do jornalismo.

Pensar o jornalismo ambiental a partir de uma visão complexa requer refletir sobre um componente fundamental da prática jornalística: as vozes que emergem do texto jornalístico, as fontes de informação. Medina (2008, p. 85) aponta que “os comunicadores, produtores das narrativas da contemporaneidade, são parceiros e não coadjuvantes na dialogia dos diferentes, dos opositores, dos que carecem de voz perante as vozes oficiais”. A ampliação das vozes constantemente silenciadas requer um entendimento dessas fontes como sujeitos de existência e de direito, compreendendo como suas denúncias, questionamentos e versões estão integrados a um todo mais complexo. Na Amazônia, as vozes silenciadas abrangem populações que possuem modos de vida e de relação com o meio ambiente particular, que, muitas vezes, vai de encontro aos interesses de exploração econômica dos ecossistemas amazônicos, exercendo papel

fundamental na preservação dos ecossistemas. Faz-se necessário um jornalismo ambiental engajado e polifônico (CAMANA, 2018), em especial na Amazônia.

A Amazônia Real

A Amazônia Real⁵ é uma agência digital de jornalismo, que se define de caráter independente e investigativo, fundada pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias em 2013. Sua sede está localizada em Manaus, mas atua na cobertura jornalística dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins por meio de uma rede de jornalistas correspondentes, além da atuação de colonistas. O financiamento da Agência se dá por meio de doações de leitores, parceria com instituições filantrópicas e empresas privadas. As matérias jornalísticas se distribuem nas seguintes editorias: Meio Ambiente, Povos Indígenas, Conflito Agrário, Política, Economia & Negócios e Cultura. A Agência define seu lema e visão:

Lema

Jornalismo independente e investigativo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia.

Missão

Fazer jornalismo ético e investigativo, pautado nas questões da Amazônia e de seu povo. A linha editorial é voltada à defesa da democratização da informação, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e dos direitos humanos. (AMAZÔNIA REAL, [2021?], p. 1).

Em um estudo comparativo dos discursos sobre a Amazônia no Portal Amazônia e Amazônia Real, Santos (2017) identifica uma clara militância da Agência na busca de oportunizar espaços de expressão àqueles que a Agência acredita serem invisibilizados pela mídia tradicional. A Amazônia Real busca se diferenciar dessa mídia por meio de um jornalismo que tem como ferramenta principal a reportagem investigativa, longa e não factual. Segundo a autora:

A Amazônia vista e apresentada pela agência é aquela evocada inconscientemente pela ideologia em que o poder público ainda é ausente e, por esta ausência na região, é possível presenciar trabalho escravo, conflitos de terras, falta de assistência médica e educacional para as comunidades, e o

meio de sobrevivência dessas famílias por meio da agricultura de subsistência (SANTOS, 2017, p. 74).

Pandemia e meio ambiente na Agência Amazônia Real

Segunda fase da hermenêutica de profundidade, a análise formal ou discursiva propõe um mergulho nas formas simbólicas a partir de sua organização interna. Thompson (2011) aponta que essa fase é fundamental, pois as construções simbólicas se apresentam em uma estrutura articulada (texto, fala, imagens, práticas etc.).

Para o desenvolvimento da fase da análise formal deste estudo, optamos pelo acompanhamento da cobertura da Agência Amazônia Real sobre a pandemia de Covid-19 no mês de maio de 2020. Neste período, o Amazonas era o epicentro da pandemia, testemunhando um colapso de sua rede de saúde.

Definido o mês de estudo, realizamos o levantamento de notícias, reportagens e colunas do período, totalizando 65 textos. A partir do levantamento, procedemos a um processo de seleção com base em dois critérios: os textos deveriam se caracterizar como reportagens e deveriam articular os temas meio ambiente e pandemia de Covid-19 em seu conteúdo. O refinamento resultou no total de 10 reportagens apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Reportagens selecionadas para o estudo.

Editoria	Data	Título	Autor(a)
Meio ambiente	01/05/2020	Exonerações na fiscalização do Ibama expõem ameaças à Floresta Amazônica durante a pandemia da Covid-19	Izabel Santos
Povos indígenas	02/05/2020	Novos casos de Covid-19 em funcionários indígenas impõem alerta na Terra Yanomami	Emily Costa e Kátia Brasil
Cobertura Covid-19 Amazônia	06/05/2020	Pandemia já deixa rastro de destruição nos quilombos da Amazônia	Maria Fernanda Ribeiro

Cobertura Covid-19 Amazônia	12/05/2020	Mineradora Nexa escondeu casos de coronavírus entre operários	Marcio Camilo
Povos indígenas	14/05/2020	Ao alterar demarcação, Funai infla violência e risco de queimadas nas terras Indígenas do Mato Grosso	Juliana Arini
Povos indígenas	15/05/2020	Avanço do novo coronavírus na população indígena é um desastre	Fábio Zuker
Política	21/05/2020	Justiça suspende despejo de quilombolas em Alcântara e impõe derrota ao governo Bolsonaro	Fábio Zurker
Povos indígenas	21/05/2020	Indígenas do Médio Solimões denunciam falta de remédios e testes para Covid-19	Izabel Santos
Povos indígenas	22/05/2020	Líder do território Marãiwatsédé relata dor e desespero sobre a morte do neto pela Covid-19, no Mato Grosso	Marcio Camilo
Meio ambiente	29/05/2020	Vale do Javari, no Amazonas, vive dias de apreensão com chegada da Covid-19 e aumento de invasões	Eláize Farias

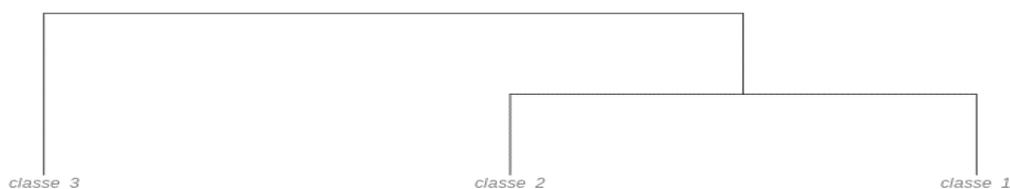
Fonte: As autoras, 2021.

Após a leitura cuidadosa das 10 reportagens selecionadas, identificando os temas presentes e a construção narrativa, processamos os textos no *software* Iramuteq⁶, que possibilita a realização de análise lexical de textos. Optamos pelo método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) disponibilizada pelo Iramuteq. A CHD classifica os segmentos de textos (ST)⁷ do corpus a partir de seus vocabulários e organiza-os em classes com base na presença ou na ausência das formas reduzidas, chamadas de lemas⁸ (CAMARGO; JUSTO, 2018). O uso da CHD no corpus estudado permitiu, com o respaldo do rigor estatístico, a identificação dos temas abordados pelas reportagens e suas articulações entre si.

O corpus da pesquisa, composto por dez textos, foi dividido em 499 ST, nos quais estão presentes 3.774 palavras distintas e 2.723 lemas. Do total de segmentos de textos,

foram retidos 430 (retenção de 86,17%) na CHD. As três classes construídas pela CHD são organizadas em um dendograma (Figura 1) que permite visualizar como as classes se relacionam. O corpus passou por duas partições: a primeira resultou na Classe 3 (Atuação governamental, representando 36% dos ST classificados) e a segunda gerou a Classe 2 (Saúde em xeque na pandemia, com 27,7% dos ST classificados) e a Classe 1 (Realidades locais, com 36,3% com 27,7% dos ST classificados). Definimos a nomenclatura de cada classe a partir do marco teórico que fundamenta o estudo e da contextualização do vocabulário nas reportagens analisadas. O vocabulário presente em cada classe é apresentado na ordem decrescente de Chi^2 (X^2), que exprime a força de ligação entre a forma – ou seja, a palavra – e a classe (SALVIATI, 2017).

Figura 1 – Dendograma das reportagens da Agência Amazônia Real, durante o mês de maio de 2020, que articulam os temas meio ambiente e pandemia de Covid-19.



Atuação governamental 36% (155 ST)		Saúde em xeque na pandemia 27,7% (119 ST)		Realidades locais 36,3% (156 ST)	
Palavra	X²	Palavra	X²	Palavra	X²
desmatamento	37.21	Sesai	66.01	cidade	32.7 3
quilombola	29.43	Confirmar	41.84	aldeia	22.2 2
governo	23.65	Caso	36.77	aqui	20.0 4
território	21.96	Covid-19	36.73	chegar	19.7 6
Frente	21.9	Neto	36.25	pandemia	19.1 5
Pará	20.26	Marãiwatsédé	30.72	básico	18.2
Ação	20.06	Positivo	29.5	pescador	16.3 8
proteção	18.22	Damião	29.5	rio	12.7 8
instrução normativa	16.31	Bebê	29.5	estratégia	12.5
federal	15.87	Xexena	29.08	matís	10.6 9
resolução	14.46	Teste	26.76	acesso	10.1 3
remoção	12.93	Yanomami	26.44	sair	9.25
Bolsonaro	12.62	Boa Vista	25.26	Javari	9.25
ameaça	12.62	Ministério da Saúde	24.35	Vale do Javari	9.23
brasileiro	11.35	Cacique	23.56	contágio	8.89

Terra	11.29	Xavante	22.55	preparar	8.89
-------	-------	---------	-------	----------	------

Fonte: As autoras, 2021.

A classe “Atuação governamental” traz em seu bojo vocabulários que apontam como as ações (e omissões) dos Governos Federal, Estaduais e Municipais são abordadas pelas reportagens. A cobertura da Amazônia Real se apresenta claramente crítica à política ambiental do governo do presidente Jair Bolsonaro. Nas reportagens, a atuação do Governo Federal na Amazônia é apontada como a principal causa do agravamento dos problemas ambientais. A ênfase da palavra “desmatamento” na classe aponta que esse é um assunto central na abordagem do jornalismo ambiental da cobertura da Agência.

Ganha destaque, seja no texto dos jornalistas, seja nas vozes das fontes, a relação de proximidade entre Governo Federal com os principais agentes do desmatamento, bem como o uso de recursos legais e administrativos para beneficiar esse setor. É o caso da Instrução Normativa nº 09/2020 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que permite a emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites a propriedades privadas em terras indígenas ainda não homologadas pelo Presidente, beneficiando agentes ilegais em tais territórios.

A Instrução Normativa da Funai reforça a política contra demarcações de terras do governo. Desde que assumiu em janeiro de 2019, Bolsonaro não homologou territórios, cumprindo uma promessa contra os povos tradicionais: “Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terras indígenas”, reafirmou o presidente [Bolsonaro]. (ARINI, 2020, p. 1).

A palavra “governo”, na maioria das vezes, faz referência ao Governo Federal, apresentado em uma clara relação de conflito com povos tradicionais, indígenas ou quilombolas e Organizações não governamentais. A palavra “quilombola” remete para a questão histórica da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental que os povos tradicionais da Amazônia vivenciam. A cobertura destaca a pandemia de Covid-19 como um fator agravante da situação de conflito em que esses povos se encontram com os invasores de suas terras e com as ações do Governo Bolsonaro.

Na data em que foi publicada a resolução, o mundo atingia a cifra de meio milhão de pessoas infectadas pelo coronavírus. No Brasil, havia 2.988 casos confirmados e 77 mortes. O próprio general Heleno editou a medida enquanto estava de quarentena, pois foi contaminado em visita aos Estados Unidos em março (ZUCKER, 2020, p. 1).

Nas narrativas da cobertura, observa-se preponderância de fontes ligadas às populações amazônicas e ao movimento social. As fontes ouvidas e com maior espaço na cobertura são, principalmente, lideranças indígenas e quilombolas, representantes de ONGs, cientistas e profissionais da saúde críticos ao governo. As fontes institucionais se manifestam nas reportagens por meio de notas, apresentadas geralmente ao fim da reportagem. A denúncia e a crítica são predominantes nas vozes presentes na cobertura. A tensão e o conflito transparecem em declarações contundentes, como a da liderança quilombola e antropólogo Davi Pereira Júnior:

Pela dimensão da expansão na base espacial de Alcântara, prevista em 12 mil hectares, o deslocamento de comunidades seria inevitável. Mas o anúncio da resolução em meio à pandemia do coronavírus surpreendeu o antropólogo. “Isso mostra o quanto esse governo é desumano. É racista e desumano”, diz o antropólogo (ZUCKER, 2020, p. 1).

Com a pandemia de Covid-19, as reportagens alertam para a dupla ameaça aos indígenas da Amazônia: a invasão de suas terras por agentes ilegais e o risco de contaminação que esses agentes representam para essas populações.

Localizada no estado do Amazonas, fronteira com Peru e Colômbia, a Terra Indígena Vale do Javari é a segunda maior do Brasil e é frequentemente alvo de garimpeiros, pescadores, caçadores, narcotraficantes e organizações religiosas. A população indígena desta região sofre com falta de atendimento médico e de outras ações de proteção do governo brasileiro, registrando altas taxas de doenças como hepatite e malária. “As medidas de restrição de viagens e a permanência nas aldeias podem ser inúteis se a Funai e as autoridades brasileiras não tomarem medidas de proteção e de fiscalização no território. Não basta apenas ficarmos nas aldeias”, alerta o líder indígena Higson Dias, presidente da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja). (FARIAS, 2020, p. 1).

Além de espaço de conflito, a palavra “território” emerge nessa classe como espaço de resistência. As reportagens abordam as estratégias de organização dos povos

tradicionais para enfrentar a situação de abandono em meio a uma crise sanitária. As organizações indígenas e quilombolas, por meio das vozes de suas lideranças presentes nas reportagens, são destacadas em seus papéis mobilizador e fiscalizador.

O contexto de ameaça territorial, social e sanitário coloca os indígenas do território [Terra Indígena do Vale do Javari] em risco elevado para a Covid-19. Assim, os indígenas assumiram a responsabilidade de manter uma vigilância diária. Eles montaram, inclusive, uma operação de comunicação com uso de radiofonia e telefones públicos (orelhão) instalados em algumas aldeias. (FARIAS, 2020, p. 1).

A Classe 1 traz em seu vocabulário palavras que remetem às situações das “Realidades locais” no contexto pandêmico. A classe tem como principais focos o tema da pandemia e a situação de vulnerabilidade vivida pelos povos amazônicos em suas comunidades. A cobertura jornalística aborda a vulnerabilidade de forma contextualizada, como um aspecto anterior à pandemia. Existe uma preocupação de apresentar informações locais, dando espaço para as fontes de lideranças indígenas e quilombolas, que relatam a situação nos territórios mais afastados dos grandes centros urbanos.

As palavras “cidade” e “aldeia” emergem do corpus a partir de uma contraposição. A cidade é um espaço de maior vulnerabilidade, em especial, para os indígenas. Além do risco de contaminação de Covid-19 quando indígenas aldeados precisam se deslocar para os municípios de referência de suas comunidades, as cidades também são apresentadas como locais violentos e de exclusão social.

Entre 14 e 21 de abril, a reportagem da Amazônia Real monitorou um grupo da aldeia Xexena, em Boa Vista. No acampamento improvisado com redes, papelão e plástico na Avenida Glaycon de Paiva, região centro da cidade, haviam 21 pessoas: 13 adultos e oito crianças. O líder do grupo é Yxup Yanomami, que fala português. Ele disse que o deslocamento da aldeia aconteceu em março, depois de uma viagem a pé de três semanas. O percurso até a capital é de cerca de 300 quilômetros, segundo ele, passando pelas cidades de Caracará e Mucajaí, até chegar na capital do estado. “Lá (no entorno da comunidade) não tem ninguém, só lavrado, boi. Todo muito veio andando. Três semanas. Não tem carona, não tem carro. Eu pedi à Funai ajuda para mim, para trabalhar, ajuda para ir para a rua, comprar tabaco passear e voltar. Ia vender vassoura, mas acabou. Vassoura acaba”, disse Yxup Yanomami (COSTA; BRASIL, 2020, p. 1).

A “aldeia” é o espaço originário, onde indígenas se mobilizam para se protegerem do novo coronavírus. Com estrutura de saúde deficitária nas aldeias e comunidades quilombolas e a distância geográfica dos atendimentos de saúde de média e alta complexidade, os povos amazônicos relatam nas reportagens suas estratégias: fechamento das comunidades para visitantes, controle de quem vai até os centros urbanos comprar mantimentos ou resolver questões burocráticas e os cuidados de higiene. A ação de invasores é abordada como um risco para essas populações, levando a doença que pode dizimá-los.

As reportagens também denunciam o abandono histórico dessas populações por parte do poder público. A falta de direitos básicos como acesso à água potável e a situação de insegurança alimentar de comunidades quilombolas são denunciadas nas reportagens. A cobertura aponta a falha do Governo Federal em entender as realidades locais e adaptar a logística do Auxílio Emergencial, agravando a situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A cadeia de problemas parece não ter fim. Há ainda a dificuldade em recorrer aos auxílios emergenciais do governo, não só devido à distância das comunidades até as cidades, como a ausência de internet nas residências. Há relatos de pessoas que precisaram caminhar por quilômetros até alcançarem um ponto de acesso (RIBEIRO, 2020, p. 1).

Com uma conexão mais próxima da Classe 1, a Classe 2, intitulada “Saúde em xeque na pandemia”, apresenta vocabulário que remete aos riscos e às consequências da pandemia de Covid-19 para as populações Amazônica, como ressaltam as palavras “Sesai”, “confirmar” e “Covid-19”. “Sesai” faz referência à Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde e responsável pela atenção à saúde dos indígenas aldeados por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). A cobertura jornalística da Amazônia Real tece críticas à atuação da Sesai na pandemia. Um dos principais pontos criticados é a subnotificação de casos e mortes por Covid-19 entre indígenas, pois a Sesai contabiliza apenas dados de indígenas aldeados. As reportagens apontam também falhas na quarentena de indígenas que retornaram para as aldeias, falta de insumos médicos e de equipe para atendimento, precariedade da estrutura de saúde, risco de contaminação dos indígenas por parte das equipes dos DSEIs e ruídos de comunicação entre as equipes de saúde e populações indígenas.

Para Dario Kopenawa, a situação da contaminação no Catrimani é grave, pois não há testes para confirmação dos casos. Também falta combustível para os barcos que apoiam as aldeias. Ele relatou que o foco nesta região começou com a chegada de um grupo da aldeia Kroumapi, que regressou de Campos Novos em Mucajaí sem passar pela quarentena, a partir do dia 21 de abril (COSTA; BRASIL, 2020, p. 1).

A matéria “Líder do território Marãiwatsédé relata dor e desespero sobre a morte do neto pela Covid-19, no Mato Grosso” foi uma das que apresentou maior número de segmentos de textos inseridos na Classe 2. O texto se diferencia das demais por apresentar um caráter mais testemunhal, com o relato emocionado do líder indígena. Nessa matéria, ressalta-se o ruído de comunicação entre a equipe médica e os indígenas.

“Meu neto foi medicado [no hospital regional]. Amanheceu [dia 11] bom e a mãe até deu comida para ele. Mas depois, a enfermeira disse que precisava levar ele para UTI e colocaram sonda nele. Nem perguntaram para os pais se era para colocar”, contou a liderança sobre o procedimento da internação da criança. Damião se disse indignado que o neto foi entubado, dando a entender que não foi informado que pacientes de Covid-19 precisam de respiradores com oxigênio. O bebê morreu às 15h do dia 11 de maio. “Depois, quando já era de tarde, vieram dando a notícia que meu neto estava morto”, contou o avô (CAMILO, 2020, p. 1).

A reportagem aborda um assunto pouco tratado no jornalismo: a falha de comunicação entre a sociedade não indígena e indígenas. As especificidades culturais dos povos indígenas, suas formas de se relacionar com o mundo e entre si exigem uma abertura para o diálogo e sensibilidade que os protocolos e políticas ainda não apresentam. O choque se torna mais forte diante de um cenário de pandemia. A cobertura da Agência Amazônia Real pontua, ainda que de forma superficial, a cacofonia e as tensões entre indígenas e não-indígenas que perpassam aspectos políticos, culturais, de relação com o meio ambiente, de saúde e de comunicação.

Conclusão

As temáticas ambientais e pandêmicas se articulam na cobertura da Agência Amazônia Real como eixos interligados que refletem a complexidade das realidades dos

povos amazônicos. Há um exercício de jornalismo ambiental em que os componentes sociais e ambientais são apresentados de forma conectada. A produção jornalística da Agência se desenvolve a partir de um caráter crítico e de denúncia para as ações do poder público e ressalta as vulnerabilidades socioeconômicas históricas das populações tradicionais.

As lideranças indígenas e quilombolas têm espaço privilegiado na construção narrativa. É a partir dessas vozes que a cobertura constrói um sentido de urgência, tanto ambiental como de saúde, para uma Amazônia conflituosa, abandonada pelo poder público e de estrutura de saúde precária diante de uma pandemia. O contexto de conflito é dominante nas narrativas da cobertura da Amazônia Real.

O Governo do presidente Jair Bolsonaro, em especial, é apresentado em clara oposição às populações indígenas e quilombola e articulado a agentes ilegais, representados por garimpeiros, grileiros, entre outros. Nas reportagens, essa articulação representa o principal e mais atual risco, tanto para as populações e seus territórios como para a integridade dos ecossistemas.

A Agência Amazônia Real se mostra uma alternativa de cobertura jornalística que foge do estereótipo limitante ao bioma ao promover uma prática de jornalismo ambiental que dá espaço às vozes amazônicas em reportagens longas e investigativas. Essa abordagem contrasta com outras presentes nas mídias em que há a predominância de fontes oficiais e institucionais e de pouco aprofundamento (LUFT, 2010; ROSA; PACHECO; SCHWAAB, 2018).

Referências

ARINI, Juliana. Ao alterar demarcação, Funai infla violência e risco de queimadas nas terras Indígenas do Mato Grosso. *In: Amazônia Real*, [S. l.], 3 jun. 2020. Povos Indígenas. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ao-alterar-demarcacao-funai-infla-violencia-e-risco-de-queimadas-nas-terras-indigenas-do-mato-grosso/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

AMAZÔNIA REAL. Quem Somos?. [2021?]. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/quemsomos/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

AURORA, Braulina; VERISSIMO, Fêtxawewe Tapuya Guajajara; JURUNA, Flávio de Carvalho; MONTEIRO, Suliete Gervásio. O Impacto de uma Doença Colonial que Chega de Caravela e de Avião: Reflexão de Quatro Estudantes Indígenas.

Vukápanavo: Revista Terena, Mato Grosso do Sul, n. 03, p. 51-65, out./ nov. 2020.

Disponível em: [https://bc955768-e713-4766-a0b4-](https://bc955768-e713-4766-a0b4-e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf)

[e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf](https://bc955768-e713-4766-a0b4-e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf).

Acesso em: 21 abr. 2021.

BERENGUER, Erika; MORI, Juliana. Porque olhar para a Amazônia durante a pandemia. *In*: **Infoamazônia**, [S. l.], 3 jun. 2020. Opinião COVID19. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2020/06/03/portugues-porque-olhar-para-a-amazonia-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Presidência da República, [2020?]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

CAMANA, Ângela. Conflitos ambientais: uma pauta central para o jornalismo. *In*:

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Jornalismo ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para o uso do software**

Iramuteq: Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, 2018.

Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>. Acesso em: 08 nov. 2019.

CAMILO, Marcio. Líder do território Marãiwatsédé relata dor e desespero sobre a

morte do neto pela Covid-19, no Mato Grosso. *In*: **Amazônia Real**, Cuiabá, 22 maio 2020. Povos Indígenas. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/lider-do-territorio-maraiwatsede-relata-dor-e-desespero-sobre-a-morte-do-neto-pela-covid-19-no-mato-grosso/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

COSTA, Emily; BRASIL, Kátia. Novos casos de Covid-19 em funcionários indígenas impõem alerta na Terra Yanomami. *In: Amazônia Real*, Boa Vista, 2 maio 2020. Povos Indígenas Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/novos-casos-de-covid-19-em-funcionarios-indigenas-impoem-alerta-na-terra-yanomami/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

FARIAS, Elaíze. Vale do Javari, no Amazonas, vive dias de apreensão com chegada da Covid-19 e aumento de invasões. *In: Amazônia Real*, Manaus, 29 mai. 2020. Povos Indígenas. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-no-amazonas-vive-dias-de-apreensao-com-chegada-da-covid-19-e-aumento-de-invasoes/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHAWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/5632>. Acesso em: 27 jun. 2020.

INPE. **Nota técnica**: Estimativa do Prodes 2020. São José dos Campos: INPE, 2020. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/estimativa-de-desmatamento-por-corte-raso-na-amazonia-legal-para-2020-e-de-11-088-km2/NotaTecnica_Estimativa_PRODES_2020.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

LUFT, Maria Shirley. **Jornalismo ambiental na Amazônia**: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no Jornal O Liberal do Pará. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em:

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4120>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/relatorios/MBI-relatorio-desmatamento-2019-FINAL5.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MEDINA, Cremilda. *Deficit* de abrangência nas narrativas da contemporaneidade. **MATRIZES**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 77-96, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v2i1p77-96. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38209>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

OVIEDO, Antonio, ARAUJO, Elis Nice Oliveira de; BATISTA, Juliana de Paula; SANTOS, Tiago Moreira dos. Relatório Técnico Sobre o Risco Iminente de Contaminação de Populações Indígenas pelo Novo Coronavírus em Razão da Ação de Invasores Ilegais. **Vukápanavo**: Revista Terena, Mato Grosso do Sul, n. 03, p. 277-286, out./nov. 2020. Disponível em: https://bc955768-e713-4766-a0b4-e5cc895bf453.filesusr.com/ugd/4ef2f7_7043ed7f171a44c3aa72e1307d88ff4f.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

REIGOTA, Marcos. **Ecologia, elite e intelligentsia na América Latina**: um estudo de suas representações sociais. São Paulo: Annablume, 1999.

RIBEIRO, Maria Fernanda. Pandemia já deixa rastro de destruição nos quilombos da Amazônia. *In*: **Amazônia Real**, [S. l.], 06 maio 2020. Cobertura Covid19 Amazônia. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/pandemia-ja-deixa-rastro-de-destruicao-nos-quilombos-da-amazonia/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ROSA, Rosane; PACHECO, Roni Petterson de Miranda; SCHWAAB, Reges Toni. Indígenas nos Jornais da Amazônia Legal: breve leitura a partir da análise de conteúdo. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 6, p. 544-573, out./ dez 2018. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFT-7_a13d76188f115a4957419d633e1fb725. Acesso em: 27 jun. 2020.

SALVIATI, Maria Elizabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**: versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3. Planaltina, DF: Iramutec, 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salvati>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La cruel pedagogía del virus**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020. *E-book*. Disponível em: https://www.academia.edu/42925156/La_cruel_pedagog%C3%ADa_del_virus_Boaventura_de_Souza_Santos. Acesso em: 2 set. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane dos. **Os discursos sobre Amazônia a partir do Portal Amazônia e Amazônia Real**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330509>. Acesso em: 2 set. 2018.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. *In*: GIRADI, Ilza Maria Tourinho *et. al.* Jornalismo ambiental: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZUCKER, Fábio. Justiça suspende despejo de quilombolas em Alcântara e impõe derrota ao governo Bolsonaro. *In*: **Amazônia Real**, [S. l.], 21 mai. 2020. Política. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/justica-suspende-despejo-de-quilombolas-em-alcantara-e-impoe-derrota-ao-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Notas

1 Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os dados consolidados consideram o período de agosto de 2018 a julho de 2019.

2 Área que corresponde a 58,9% do território nacional e abrange os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Tocantins, Mato Grosso e alguns municípios do Maranhão.

3 Em números absolutos, até 1º junho de 2020, o estado de São Paulo apresentava o maior número de contaminados, mas quatro estados da Amazônia Legal (Amapá, Amazonas, Acre e Roraima) lideram o número de contaminados por 100 mil habitantes. Essa diferença se deve ao número de habitantes de cada estado.

4 O colapso do sistema de saúde do Amazonas foi anunciado em abril de 2020.

5 <https://amazoniareal.com.br/>

6 Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. www.iramuteq.org.

7 Conforme Camargo e Justo (2018), os segmentos de textos são trechos do corpus dimensionados em aproximadamente três linhas. São os ambientes das palavras. A construção dos segmentos de textos pode ser realizada pelo próprio pesquisador ou de forma automática pelo software, esta última foi a nossa opção.

8 A lemetização das palavras é o processo de reduzir as várias flexões de uma palavra (gênero, número, conjugação etc.) a uma base comum.